

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



Debatedoras repudiam Reforma da Previdência

No dia 23 de março, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul), em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), discutiu na 40ª edição do Projeto Pauta Feminina “Os Impactos da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres”.

“Nós, efetivamente, somos a parcela da sociedade que mais sofrerá caso seja aprovada essa Reforma da Previdência”, disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), na abertura do debate conduzido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH, hoje dirigida pela senadora Regina Sousa (PT-PI).

Críticas

Maria Lucia Fattorelli, coordenadora-geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, disse que o governo divulga informações incompletas ou parciais; faz confundir o superávit da Seguridade com o déficit do INSS; omite o desvio dos recursos da Seguridade para o pagamento da dívida pública, via Desvinculação de Recursos da União (DRU); esconde a desoneração tributária, que diminuiu o caixa da Seguridade; mostra descaso com a cobrança de dívidas com a Previdência; e desestimula a criação de empregos, chave para mais contribuição.

Denise Gentil, professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criticou o irrealismo da extensão da contribuição até os 25 anos; a fixação de uma idade única de referência (65 anos), sem considerar a idade de saída da força de trabalho; e os erros de previsão do modelo matemático usado pelo governo, mais demográfico que econômico.

Segundo ela, “se houvesse uma reforma justa, as mulheres se aposentariam dez anos antes”, pois trabalham 7,5 horas semanais a mais que os homens.

“Eu queria estar aqui debatendo a am-



Geraldine Magela/Agência Senado

Mulheres têm se destacado nos debates sobre a PEC 287/2016

pliação dos nossos direitos e da nossa proteção social, mas os tempos são tão difíceis que exigem uma mobilização deste tamanho para não perder o que foi conquistado”, disse Anna Beatriz Parlato, assessora no Ministério Público do Trabalho e integrante da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

Se houvesse uma reforma justa, as mulheres se aposentariam dez anos antes, segundo Denise Gentil

Rosa Maria Campos Jorge, diretora Executiva do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), disse: “A PEC faz modificações estruturais na forma de concessão de benefícios da previdência, na assistência social e nas pensões. Em todas elas as mulheres são as principais prejudicadas”.

Déficit de democracia

Para Luciana Farias, presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), a PEC fere a vedação constitucional de retrocesso social, viola o princípio da contra-

partida, estabelece desigualdade material entre homens e mulheres e vai na contra-mão da defesa do ambiente de trabalho.

Maria Inez Rezende, presidente da Fundação ANFIP, e Dorenice Flor da Cruz, secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), disseram que a reforma será uma tragédia para a mulher do campo e seus filhos, para a agricultura familiar e para a sociedade como um todo, com estímulo ao êxodo rural e aumento de preços da alimentação.

“Falou-se muito em déficit hoje aqui, mas o que vivemos desde o ano passado é um déficit de democracia no Brasil”, disse Isis Tavares Neves, secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Para ela, será grande o desestímulo às professoras que se dedicam à educação básica, setor da sociedade em que também se trata do futuro das cidadãs e cidadãos.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e a ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, estiveram presentes, entre outros participantes.

Assista a íntegra do debate:
http://bit.ly/senado_multimedia
http://bit.ly/e_cidadania

Senadoras marcham no 8 de março

Marcelo Favaretti



Senadoras aprovaram projetos, discursaram e marcharam

e servidores com o lema “Nenhum direito a menos #EuParo”. Estavam presentes as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Regina Sousa (PT-PI), Lídice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN) e Ângela Portela (PT-RR).

Procuradora Especial da Mulher.

“Estamos cansadas, porque ninguém ouve as nossas reivindicações, ninguém ouve as nossas falas. E, infelizmente, quando falamos sem que aqueles que detêm o poder nos ouçam, é preciso que falemos mais alto, cada vez mais alto”, ressaltou Vanessa.

Parlamentares, entidades e organizações femininas terminaram o dia na Marcha das Mulheres, que teve início no Museu da República, às 14h, com shows de artistas da cidade e aula pública sobre racismo, legalização do aborto e impacto da criminalização da prática sobre a vida das mulheres, violência doméstica, direitos sociais e reforma da previdência.

O protesto caminhou até a Praça dos Três Poderes com um público estimado de cinco mil pessoas, segundo organizadores e a Polícia Militar do DF.

A bancada feminina do Senado fez um esforço concentrado e aprovou diversos Projetos no Mês da Mulher, que podem ser conferidos no quadro abaixo.

Apitaxo

O Dia Internacional da Mulher foi marcado por reivindicações em todo o mundo. Mais de 50 países e 60 cidades brasileiras se manifestaram por meio de atos, paralisações e apitaxos contra as desigualdades, a violência e o retrocesso vivido pelas mulheres.

No Congresso Nacional, parlamentares se concentraram em frente à entrada do Senado Federal recebendo servidoras

Na sessão solene em comemoração à data, às 12h30, a senadora Gleisi Hoffmann promoveu um “apitaxo” de um minuto em repúdio às medidas anunciadas pelo governo que ferem os direitos conquistados pelas mulheres, como a reforma da Previdência.

A desigualdade da representação feminina nos espaços de poder foi um dos pontos abordados por Vanessa Grazziotin, que ocupa no Senado também o cargo de

Leis sancionadas e projetos aprovados no Mês da Mulher

PLC 55/2016, deputado federal Chico Lopes (PCdoB-CE) – dispõe sobre a criação da Semana Nacional Pela Não Violência contra a Mulher. *Lei 13.421/2017*, sancionada e publicada no dia 28 de março no Diário Oficial da União.

PLC 122/2013, ex-deputada federal Sandra Rosado (PSB-RN) – inscreve o nome de Jovita Feitosa, voluntária do Exército na Guerra do Paraguai, no livro Heróis e Heroínas da Pátria. *Lei 13.423/2017*, sancionada e publicada no dia 28 de março no Diário Oficial da União.

PLC 69/2013, ex-deputada federal Sandra Rosado (PSB-RN) – inscreve o nome de Clara Camarão, que combateu os holandeses na Batalha dos Guararapes, no livro Heróis e Heroínas da Pátria. *Lei 13.422/2017*, sancionada e publicada no dia 28 de março no Diário Oficial da União.

PLS 295/2013, CPMI Violência contra a Mulher 2012 – acrescenta inciso XIV ao art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei do SUS), para estabelecer como princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) a atribuição de organizar serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica em geral. *Lei 13.427/2017*,

sancionada e publicada no dia 30 de março no Diário Oficial da União.

PLS 195/2014, senadora Ângela Portela (PT-RR) – altera a Lei Maria da Penha para obrigar a autoridade policial a colher as provas referentes à presença de criança ou adolescente, como testemunha ou vítima, nos casos de violência doméstica e, nesse caso, remeter os autos do inquérito policial ao juiz da infância e da juventude e ao Conselho Tutelar. Aprovado por Comissão em decisão terminativa e remetido à Câmara dos Deputados.

PLS 547/2015, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) – altera a Lei Maria da Penha, para instituir o programa Patrulha Maria da Penha, destinado a conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência previstas na Lei, nos termos que especifica. Aprovado por Comissão em decisão terminativa e remetido à Câmara dos Deputados.

PLS 112/2010, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) – estabelece percentual mínimo de 40% de ocupação por mulheres das vagas nos conselhos de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

permite implementação gradual do referido percentual mínimo. Aprovado por Comissão em decisão terminativa e remetido à Câmara dos Deputados.

PLS 244/2016, senadora Simone Tebet (PMDB-MS) – altera a Lei que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) para incluir a coleta de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do sistema. Aprovado por Comissão em decisão terminativa e remetido à Câmara dos Deputados.

PLC 4411/2016, deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) – inscreve o nome de Zuzu Angel no livro Heróis e Heroínas da Pátria. Aprovado em Plenário e remetido à sanção.

PLC 17/2017, deputada federal Angela Albino (PCdoB-SC) – veda o uso de algemas em mulheres durante o parto. Aprovado em Plenário e remetido à sanção.

PLC 21/2017, deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) – estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência; altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e dá outras providências. Aprovado em Plenário e remetido à sanção.

Luiza Trajano fala sobre liderança feminina

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senadoras apresentaram Luiza ao Plenário

Dia 7 de março, a palestra de Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza e fundadora do grupo Mulheres do Brasil, marcou a abertura da programação do Março Mulheres – Igualdade no Trabalho. Luiza falou para um público de cerca de 300 pessoas sobre a importância da adoção de ações afirmativas, como “um processo transitório de acerrar uma desigualdade”.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher, frisou a coerência entre a fala e a prática de Luiza – “única mulher que preside um conselho de empresa no

Brasil” – na valorização das mulheres.

Luiza Trajano destacou a importância do tema “pessoas” num cenário de grande desenvolvimento tecnológico. Segundo ela, “pessoas em primeiro lugar, equipe alinhada e comprometida, busca constante pela inovação, capacidade

de fazer acontecer, tecnologia a serviço do cliente, agressividade na mídia e ganha-ganha nas relações” são a marca da empresa do século XXI, mais “orgânica” que “mecânica”.

Segundo a empresária, hoje empresas tecnológicas já selecionam as pessoas pela capacidade de servir e ajudar – uma característica que o gênero humano conjugou historicamente mais no feminino e que coloca as mulheres em vantagem.

Cotas

“Quando vieram as cotas para deficientes, nós já éramos uma empresa referência em lugar bom para trabalhar, mas ficamos

envergonhadíssimos de não empregar quase nenhuma pessoa com deficiência”, conta. O esforço pela integração de pessoas com deficiência fez a empresa superar as metas e a ensinou sobre as importâncias das ações afirmativas para mudar os paradigmas.

“Hoje a gente não tem que fazer esforço nenhum para contratar pessoas com deficiência”. Há pouco tempo, ela também se viu desafiada a mudar outros paradigmas para entender o mundo, quando começou a discutir a questão racial na empresa.

Estiveram presentes: Ilana Trombka, diretora-Geral do Senado; Mônica Paes de Andrade de Oliveira, liderança feminina do PMDB; as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Regina Sousa (PT-PI); a empresária Chieko Aoki, fundadora e presidente da Rede Blue Tree Hotels; Maria Fernanda Teixeira, presidente do Intergrow e membro do Conselho do Banco Mundial; Ana Drummond, diretora executiva da Childhood Brasil; Maria Lúcia Cavalcante e Maria Augusta Pires, entre outras integrantes do Grupo Mulheres do Brasil; e Dani Botaro, sócia-diretora de produtos da ImpulsoBeta.

Desigualdade de gênero é maior nos cargos de chefia

Fernanda Stumpf/Agência Senado



Cristina Monteiro faz abertura da palestra

Para fechar a programação do Março Mulheres, o Comitê de Gênero promoveu, no dia 23 de março, no auditório do Interlegis, a palestra aberta “Liderança e oportunidades iguais”, que apontou as dificuldades para ascensão de mulheres no mercado de trabalho.

Roberta Gregoli, do Observatório da Mulher contra a Violência, ressaltou que 55% das brasileiras estão fora do mercado formal. Ela também mostrou gráficos que

indicam o “efeito tesoura”, ao falar de liderança e oportunidades iguais no ambiente de trabalho.

Para Gregoli, a violência é uma das causas das desigualdades. “A violência é um fenômeno cultural e social. As formas mais extremas de violência contra as mulheres, como agressões físicas e feminicídio, nos impactam muito, mas são apenas a ponta de um iceberg que tem muito mais a ver com a cultura machista em que a gente está inserido”, ressaltou.

Mulheres negras

Segundo Ramila Moura, da Procuradoria da Mulher, a conjuntura é mais complexa para as mulheres negras. “Falar de liderança ainda é um tema distante para as mulheres negras, pois nós ainda estamos tentando entrar no mercado de trabalho. Antes de falar de liderança, precisamos falar de inclusão. Devemos incluir as mulheres negras nessas empresas e instituições, para daí possibilitar que elas consigam alcançar cargos de chefia, de liderança”, disse Ramila.

Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, disse que a luta pelo fim das discriminações de gênero passa pela consciência cidadã e pela educação inclusiva.

No Senado, 63% das estagiárias são mulheres, mas, quando vamos para cargos efetivos, elas são apenas 30%. Terezinha apresentou os indicadores do Senado e enfatizou que a aferição dos dados é importante para se tomar medidas mais efetivas de promoção de igualdade.

Djamila Ribeiro fala sobre interseccionalidade

Fernanda Stumpf/Agência Senado



A pesquisadora foi recebida por atento público na palestra no auditório do Interlegis, no dia 22 de março, sobre a importância de um olhar interseccional para políticas para as mulheres.

Interseccionalidade é termo pensado por feministas negras para abordar a atuação simultânea e combinada de características como classe social, raça, orientação sexual e idade nos processos sociais.

Segundo Djamila, “não dá para pensar nas opressões como categorias isoladas. Quando se fala de gênero, a gente precisa falar de raça e classe, senão deixamos de fora grupos como o das mulheres negras”.

Para ela, a construção da feminilidade da mulher negra não é igual à da mulher branca. Por conta da violência pelas quais as negras passam, criou-se o mito de que são fortes e guerreiras, que enfrentam qualquer coisa.

“É necessário entender que as mulheres negras precisam ser fortes porque o Estado é omissivo. Tratar a mulher negra como inerentemente forte, além de encobrir a omissão e a ilegalidade do Estado, também é desumano no sentido de não reconhecer as fragilidades próprias da condição humana”, disse Djamila.

A ex-secretária-adjunta de Direitos Humanos de São Paulo comentou ainda situações em que os oprimidos replicam opressões sobre outros grupos. “Não é porque uma pessoa é discriminada que ela não reproduz a opressão”, disse.

Para ela, a real transformação só vai acontecer quando todos olharem para todas

as causas e não apenas para as próprias.

“Às vezes não conseguimos mudanças fundamentais porque só queremos melhorar o que é bom para nós e não para os outros grupos. Não dá para ser feminista e gerar opressão contra a empregada negra. Precisamos de bases para um novo marco civilizatório e não reproduzir essas opressões”, finalizou.

Gustavo Ponce de Leon, chefe de gabinete da Primeira-Secretaria, abriu a palestra em nome da Diretoria Geral do Senado. Sem ser mulher nem negro, disse saber o quanto a luta pela igualdade é difícil.



Fernanda Stumpf/Agência Senado

Público diverso prestigia palestra

Casamento infantil é prejuízo para a sociedade

pauta
Feminina

A Secretária da Mulher da Câmara, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, reuniu a pesquisadora Paula Tavares (Banco Mundial) e Carlos Bichara, consultor da Câmara, para debater o casamento de meninas menores de 18 anos.

O tema, escolhido em razão do pouco conhecimento da sociedade, foi discutido na 39ª edição do projeto Pauta Feminina, no dia 7 de março, no Auditório Freitas Nobre da Câmara.

Consequências

Paula Tavares alertou sobre os casamentos na adolescência, que trazem como consequência gravidez precoce, baixos níveis de educação, suscetibilidade a abuso e menor renda ao longo da vida.

“No Brasil, 36% das brasileiras com menos de 18 anos já estão casadas. Esse número, que totaliza 15 milhões de meninas, é o maior da América do Sul e o quarto do mundo”, destacou Paula.

O casamento entre menores de 16 anos

é aceito no Brasil somente com autorização de ambos os pais (Lei 10.406/02), mas a lei permite autorização judicial para casamento de menores de 16 anos em caso de gravidez ou para evitar processo criminal.

Brechas

Para Paula, “é preciso fechar essas brechas na lei e diminuir essa ambiguidade que ainda existe na legislação entre o que é permitido e o que não é”, afirmou.

O mais importante, frisou a pesquisadora, “é conscientizar as meninas de seus direitos e, também, a sociedade de que o casamento infantil prejudica todas e todos”.

Carlos Bichara afirmou que a legislação atual dá margem para vários entendimentos e, por isso, é importante dar visibilidade para o assunto, uma vez que o casamento infantil pode ser banido se houver mudança de com-



Antonio Araújo/Câmara dos Deputados

Deputada Dâmina Pereira preside mesa de debate

portamento da sociedade, sem necessidade de convencimento dos poderes públicos.

O evento contou com a presença das deputadas Dâmina Pereira (PSL-MG), então coordenadora da bancada feminina na Câmara, e Creuza Pereira (PSB-PE).

Ouçã a íntegra da Pauta Feminina:

http://bit.ly/áudio_câmara

Acesse as fotos do evento:

http://bit.ly/flickr_promul

Com Agência Câmara

Entrega de diploma renova luta de Bertha Lutz

No dia 8 de Março, a entrega do Diploma Bertha Lutz abriu a sessão solene do Senado para celebrar o Dia Internacional da Mulher, que durou mais de oito horas e foi marcada, além dos discursos de 35 senadores e cinco deputadas, pelo apitão puxado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), às 12h30, em sintonia com o protesto mundial das mulheres.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher, disse que a luta de Bertha Lutz permanece atual e que as mulheres têm muito por que gritar e protestar.

“No Brasil a gente convive, como se fosse normal, com um Parlamento onde mais da metade do eleitorado só ocupa 10% das cadeiras, que são as mulheres nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados e aqui mesmo no Senado”, disse Vanessa.

Instituído em 2001, por iniciativa da então senadora Emília Fernandes, hoje presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, o diploma é um reconhecimento do Senado

a mulheres e homens que se destacam na defesa dos direitos da mulher e das questões de igualdade de gênero.

Presidente do Conselho do Conselho do Diploma Bertha Lutz, Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou frase da líder feminista que lutou pelo direito de as mulheres votarem e serem votadas: “Recusar à mulher a igualdade



Senadora Vanessa com Diza Gonzaga e Raimunda Luzia

de direitos em virtude do sexo é negar justiça à metade da população”.

Quatro agraciadas estiveram na sessão solene: Denice Santiago, chefe da Sessão de Valorização da Mulher Policial Militar da Bahia e Comandante da Ronda Maria da Penha; Diza Gonzaga, fundadora da Fundação

Thiago de Moraes Gonzaga, entidade responsável pelo programa Vida Urgente, que conta com 18 mil voluntários dedicados à prevenção de acidentes de trânsito na cidade de Porto Alegre; Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, embaixadora do Brasil na Sérvia; e Raimunda Luzia de Brito, presidente do Projeto Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul, que trabalha com o monitoramento das políticas públicas na área da saúde da população negra, principalmente no que diz respeito à saúde da mulher.

A jornalista, romancista e cronista Tatiane Bernardi Teixeira Pinto não pôde comparecer à sessão, mas recebeu o diploma depois, pelas mãos da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

Uma das três mulheres negras que receberam o diploma em 2017, a embaixadora Isabel Cristina Correa de Azevedo Heyvaert destacou que Bertha Lutz, entre outros papéis importantes, desempenhou o de diplomata, “no qual deu uma contribuição única e impressionante, que foi a inclusão da perspectiva de gênero na Carta da ONU, como integrante da delegação do Brasil enviada a São Francisco, em 1945”.

Concurso transforma Lei Maria da Penha em imagens

Antonio Araújo/Câmara dos Deputados



Apoiadores institucionais e vencedores premiados

No dia 8 de março, aconteceu a premiação da 5ª edição do Concurso de Fotografias Lei Maria da Penha, organizado pela Procuradoria da Mulher e Coordenadoria dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados com apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com o Banco Mundial.

A procuradora da Mulher da Câmara, deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), ressaltou a importância da fotografia para a superação de desafios em torno da total implementação da Lei Maria da Penha.

“O papel de vocês, como cidadãos e fotógrafos, profissionais ou não, é essencial

para a nossa luta de conscientização”, disse Elcione.

As 881 fotos concorrentes trataram de “empoderamento feminino e superação da violência”, em duas categorias: jovens de 14 a 17 anos de idade e adultos acima de 18 anos. Foram premiados os três primeiros colocados de cada categoria, além de 15 menções honrosas.

Vencedores

Policial Militar na cidade gaúcha de Caxias do Sul-RS, Jackson Cardoso, de 35 anos, venceu a categoria adulta ao utilizar uma vítima real de violência doméstica para fazer a composição fotográfica que registra o trabalho da Patrulha Maria da Penha.

“Ela mostra muito mais do que um trabalho de prisão desenvolvido pela Brigada Militar, mas o trabalho de amparo e de apoio que é prestado às vítimas de violência”, disse Jackson.

Morador de Samambaia-DF, Rubens

Salomão, de 16 anos, venceu a categoria jovem ao mostrar as “marcas da violência e do medo” em uma costureira.

“Eu quis retratar, na imagem, que muitas mulheres, apesar de serem independentes, mesmo assim ainda sofrem agressões do marido e têm o receio de denunciar e de acontecer alguma coisa com elas ou com o filho delas”, disse Rubens.

Na premiação, foi lançado o catálogo impresso da 5ª edição do concurso, cujas fotografias podem ser visualizadas no endereço:

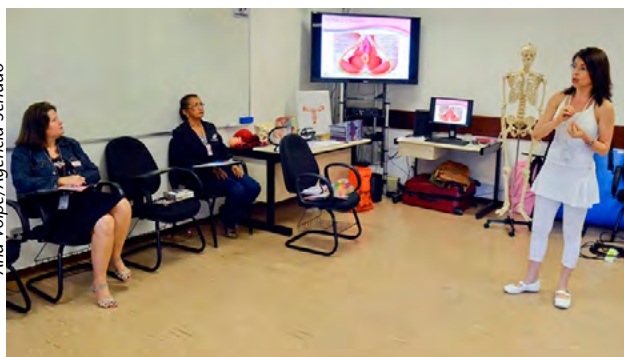
www.concursoleimariadapenha.com.br/institucional/omv



Jackson Cardoso foi premiado em 1º lugar no concurso

Oficina trabalha visão integral da saúde

Ana Volpe/Agência Senado



Mulher integral, saúde e equidade são temas discutido no encontro

Ter saúde é não estar doente? Diferenças biológicas entre mulheres e homens podem justificar desigualdades nos direitos?

Servidoras e convidadas debateram esses e outros temas durante a oficina Saúde da Mulher: Autonomia no corpo e na vida, na manhã do dia 24 de março, na sala 2 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Promovida pela Procuradoria Especial da Mulher, a oficina aborda os princípios de universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde, conforme orientação

do Sistema Único de Saúde e da Organização Mundial da Saúde.

De acordo com a fisioterapeuta e jornalista Rita Polli, a intenção é ampliar o conceito de atenção em saúde e mostrar os benefícios da prevenção de doenças não transmissíveis, como as decorrentes do sedentarismo, tabagismo,

alcoolismo, diabetes e câncer de mama.

A oficina indica como evitar doenças sexualmente transmissíveis (HPV e Aids) e ainda oferece orientações sobre direitos sexuais e reprodutivos e esclarece pontos sobre leis federais e distritais, direitos humanos e proteção da mulher contra violência doméstica, a exemplo da Lei Maria da Penha (11.340/06).

“A visão da integralidade diz respeito à dimensão física, emocional, social e espiritual do que representa ter saúde”, afirma Rita. Para melhor compreensão dos conceitos, a dinâmica conta com uma

peça anatômica de tamanho natural, a “esqueleta”, que dialoga com as mulheres e, em clima lúdico, mostra o funcionamento do corpo de forma sistêmica.

“Por meio de materiais educativos, fazemos um passeio pelo sistema nervoso central e periférico; digestório; musculoesquelético, cardiorrespiratório, límbico, linfático e, ainda, pelo aparelho reprodutor feminino e masculino”, afirma.

Aprendizado

Para Elda Rocha, a oficina foi instrutiva. Além de temas relacionados a saúde, foram abordados assuntos como cidadania e empoderamento da mulher. Maiana dos Santos Dias, grávida e no final da gestação, afirmou que a oficina apresentou informações esclarecedoras sobre preparação para o parto.

As participantes ganharam folders informativos sobre saúde feminina, brindes, camisetas e um baralho da mulher sobre a Lei Maria da Penha. A intenção é promover novos encontros em 2017.

Aulão de defesa pessoal anima servidoras e convidadas

Arquivo Pessoal



Professor Flávio Nunes e turma de alunas

Intuição, malícia, firmeza e presença de espírito são atributos importantes dos quais as mulheres podem lançar mão ao se depararem com possíveis situações de violência física e sexual.

Essas orientações e ainda muitas técnicas de golpes e lances baseados em lutas marciais foram dadas às participantes das quatro turmas do curso ministrado por instrutores da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado.

As aulas aconteceram na Academia de

Polícia, nos dias 16 e 17 de março, e fizeram parte do calendário do Mês da Mulher.

Aline Sayuri, instrutora, ao lado de outros cinco encarregados dos treinamentos, informou que estão sendo programadas outras turmas com maior carga horária, previstas para o segundo semestre de 2017.

Idealizado pelo servidor Flávio Nunes, o curso ensina técnicas para escape de situações de violência urbana e doméstica e foi aplicado pela primeira vez em 2013.

Encorajamento

Aline informou ainda que a abordagem psicológica, social, pedagógica e jurídica tem sido explorada em aulas teóricas por especialistas do Senado e a intenção é encorajar a mulher a se defender.

Mesmo com uma compleição física menor que a do homem, é possível para a mulher livrar-se dos ataques e fugir. Importante deixar claro que os golpes ensinados são para legítima defesa, em situações de ameaça à mulher, que precisa escapar e nunca imobilizar o homem até que chegue

a polícia — esclarece a instrutora.

Poderosa

A servidora Danielle Gruneich, da Câmara dos Deputados, tem apenas 1,60m de altura e pesa 50 quilos, mas sentiu-se poderosa ao levar ao chão o instrutor Flávio Nunes de 1,90m e 90 quilos. “É incrível aprender a técnica da chave de braço e derrubar um homem desse tamanho. Nunca pensei que fosse capaz. Estou admirada!”, afirmou.



Instrutores ensinam reação à agressão física

Fernanda Stumpf/Agência Senado

Mulheres assumem presidências em comissões

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Alessandro Dantas/Agência Senado



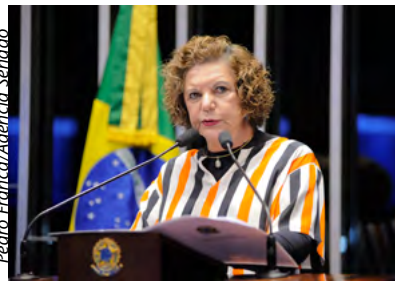
A CDR é uma das mais importantes comissões do Senado, especialmente neste momento em que buscamos retomar o desenvolvimento econômico do país.

A política de desenvolvimento regional deve estar atenta às diversidades de cada canto do país, sempre tendo como meta ativar as potencialidades econômicas, com redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável, propiciando uma vida digna aos cidadãos, sem distinção. Durante os governos Lula e Dilma, a mulher se tornou o centro das políticas sociais, como o Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida. Minha intenção à frente da CDR é incentivar o debate de políticas públicas eficazes para o enfrentamento das desigualdades, sempre tendo a mulher como referência dessas políticas. Nesse sentido, é importante destacar a posição da bancada do PT no Senado, que escolheu uma mulher como líder do partido e outras duas para presidir as comissões permanentes que couberam ao PT no biênio 2017/18.

*Fátima Bezerra(PT-RN)
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo*

EDUCAÇÃO

Pedro Franca/Agência Senado



No âmbito da Comissão de Educação, temos algumas matérias que tratam da pauta feminina, inclusive sobre os direitos das Mulheres Camponesas, e um projeto, em espe-

cial, que visa a conscientizar, desde o ensino fundamental, jovens e adolescentes sobre a questão da violência contra a mulher.

A expectativa é debater a possibilidade dessas políticas e refletir sobre questões relacionadas à igualdade de gênero e discriminação e à violência sofrida pelas mulheres em todo o mundo, fatores essenciais para que tenhamos sociedades mais justas e democráticas, chamando atenção também para os reflexos da participação feminina no mercado de trabalho.

Pessoalmente, acredito que o mais importante é a implementação de medidas que venham a desenhar políticas públicas que atuem de forma eficiente em prol dos direitos e da valorização da mulher.

*Lúcia Vânia(PSB-GO)
Comissão de Educação, Cultura e Esporte*

ASSUNTOS SOCIAIS

Patrícia Lino



Assumi o desafio de presidir a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no próximo biênio. Agradeço a indicação do meu partido, PMDB. E a aclamação dos pares

na comissão.

Esse é um período em que poderemos discutir os temas de interesse da sociedade, para contribuir na melhora das políticas públicas e programas de saúde, mas, sobretudo, vamos pautar audiências para debates qualificados sobre as reformas trabalhista e da previdência.

As propostas para a reforma trabalhista já deverão passar pela CAS; as da Previdência faremos em aprofundamento do tema. Vamos defender as mulheres!

Já anuncio neste espaço que definimos as datas para as audiências sobre a reforma trabalhista. Vale anotar e participar: 12 de abril, 26 de abril e 10 de maio. Temos muito a debater e a contribuir. Participe!

*Marta Suplicy (PMDB-SP)
Comissão de Assuntos Sociais*

DIREITOS HUMANOS

Marcos Oliveira/Agência Senado



Todos os trabalhadores perderão muito com a reforma da Previdência, mas mulheres perderão ainda mais, pois serão duplamente punidas.

O governo iguala a idade (65 anos), mas as desigualdades da jornada e do salário persistem. Com as novas regras propostas pelo governo, será praticamente impossível uma mulher conquistar a aposentadoria.

Não se aposentando, as mulheres empobrecidas só poderão contar com o Benefício de Prestação Continuada. E aí receberão o segundo golpe, ainda mais cruel, pois o projeto do governo precariza o BPC, aumentando a idade mínima de ingresso de 65 para 70 anos, e desvinculando seu valor do salário mínimo.

No exercício da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa, esta pauta estará muito presente, além do tema da violência doméstica, hoje um dos nossos maiores desafios.

*Regina Sousa (PT-PI)
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa*



Patricia Lino

Aprovamos, no Senado Federal, no último dia 29 de março, com forte apoio da bancada feminina, dois projetos de lei da maior importância para crianças e adolescentes. Fui relatora, em plenário, das duas matérias.

O primeiro garante, na apuração de crimes, que crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências e abusos sexuais sejam ouvidas apenas uma vez e por autoridade especializada e estabelece um sistema

de garantias de direitos.

A nova lei vai acabar com reiterados depoimentos que revitimizam quem já está traumatizado. Estabelece todo um sistema de garantia de direitos. É fundamental sancionar essa lei porque também reforça que, além dos direitos fundamentais, teremos o desenvolvimento conjunto de políticas por todos os entes federativos do país. A criança e o adolescente ficarão resguardados do contato com seu algoz ou congêneres. Também, garante-se local adequado para a realização da entrevista e do depoimento.

Infelizmente, é corriqueiro o desrespeito aos direitos da criança e o descumprimento de suas garantias. A violência contra crianças e contra adolescentes não tem fronteiras, não escolhe raça nem cor. Não possui religião nem cultura. Ela está presente em lares, em escolas, nas ruas, em lugares de trabalho e em centros de detenção. Queremos acabar com isso.

Importantíssima essa matéria de autoria da deputada federal Maria do Rosário e rela-

tada na Câmara dos Deputados pela deputada federal Laura Carneiro.

Prioridade no Judiciário - O outro projeto, também de grande alcance social e digno, é de autoria do senador Ronaldo Caiado e determina a prioridade na tramitação de pro-

A violência contra crianças e adolescentes não tem fronteiras, não escolhe raça nem cor. Queremos acabar com isso.

cessos, da competência do juízo de família, envolvendo acusação de alienação parental (geralmente, em casos de separações mal resolvidas, quando um dos pais manipula os filhos para que se afastem do outro genitor, às vezes incentivando ódio). Matéria fundamental no interesse das crianças e adolescentes. Segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados. E vamos acompanhar e apoiar sua aprovação.

Marta Suplicy (PMDB-SP)

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)



Artigo

Indicadores do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Fez parte das atividades do Mês da Mulher no Senado Federal a mostra de Indicadores de Equidade de Gênero e Raça. É a segunda edição dessa exposição, pela qual divulgamos para os/as servidores/as do quadro funcional e colaboradores/as o perfil da força de trabalho do Senado.

Esse levantamento tem sido realizado desde a primeira adesão do Senado ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, em 2011. Naquela ocasião, iniciava a 4ª edição do Programa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, então vinculada à Presidência da República. No início, o trabalho de consolidação dos dados era feito manualmente, a partir do sistema "ergon" e, mediante parceria com as empresas terceirizadas e gestores de contratos, foram construídos formulários para a obtenção dos dados de cor/raça e etnia das/os terceirizadas/os.

Tanto entre os efetivos/as como entre os comissionados/as, o Senado carece de diversidade étnico-racial, pois predomina a autodeclaração de pessoas brancas

Desde então, o sistema de captação de dados tem se aperfeiçoado. Foi criado o sistema Gescon, que permite a obtenção dos dados da força de trabalho terceirizada, com a inclusão das categorias cor/raça e etnia, solicitada pelo Programa Pró-Equidade e, mais recentemente, foi criado o Painel de Indicadores de Equidade, pelo Prodasen, que traz os dados de efetivos/as, comissionados/as e estagiários/as.

Conhecer os dados da força de trabalho é um pressuposto básico para a construção de um Plano de Ação com medidas

positivas de incidência nas assimetrias detectadas. Os indicadores, na data-base de 31/12/2016, revelam que, no quadro efetivo e também no âmbito da terceirização, as mulheres estão em menor proporção que os homens.

A sub-representação de mulheres nas carreiras é mais evidente nas áreas de Advocacia e Consultoria Legislativa. Já no quadro de servidores/as comissionadas/os há relativa paridade entre os sexos. No entanto, tanto entre os efetivos/as como entre os comissionados/as, o Senado carece de diversidade étnico-racial, pois predomina a autodeclaração de pessoas brancas, sendo a adoção das cotas raciais, nos próximos concursos, uma real possibilidade de mudança no quadro efetivo.

Maria Terezinha Nunes, Gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no Senado Federal

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Lunde Braghini, Ramíla Moura e Rita Rebelo

Equipe de apoio: Paula Bento

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria